



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

181
[assinatura]

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração no Agravo na Apelação nº 0074010-81.2011.8.17.0001
(0292892-7)

Embargante: FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do
Estado de Pernambuco

Procurador: Thiago Manuel Magalhães Ferreira

Embargado: NADIR CAVALCANTI DOS SANTOS

Advogado(a): José Omar de Melo Júnior OAB/PE 014413

Relatora Convocada: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO. RISCO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA DECISÃO EMBARGADA. OS EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO MEIO HÁBIL PARA REEXAME DA MATÉRIA, RESTRINGINDO-SE APENAS ÀS HIPÓTESES ELENCADAS NO ART. 535 DO CPC. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS E REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. A questão em tela foi devidamente enfrentada, e os fundamentos da decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado.

2. Não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição no acórdão embargado, não servindo, os aclaratórios, como meio hábil para a rediscussão de matéria.

3. Em relação à suposta declaração de inconstitucionalidade de dispositivos da LC 59/04, verifico que, em nenhum momento, o acórdão e o voto vergastado afirmaram qualquer inconstitucionalidade. O que ocorre é uma divergência na forma de interpretar os artigos da LC 59 que tratam de Risco de Policiamento Ostensivo.

4. Este Egrégio Tribunal de Justiça entende que a LC 59/04, ao criar a vantagem em comento, definiu a sua concessão para todos os tipos de atividade policial, pois todas as atividades que podem ser exercidas pelos militares estão enumeradas no art. 8º.

5. Então, em respeito à Constituição Federal, os benefícios concedidos aos servidores da ativa, com caráter de generalidade, devem ser extensivos aos pensionistas e inativos.

6. Quanto à alegação de prescrição, verifico não estar configurada a prescrição do fundo do direito. Isto porque a demanda em foco traz relação de trato sucessivo e, não tendo havido negativa expressa da Administração quanto ao pleito dos servidores inativos, não há que se falar em prescrição de fundo de direito, razão pela qual estão prescritas tão somente as parcelas concernentes ao período anterior aos 05 anos contados da data do ajuizamento da ação, em conformidade com a Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça.

7. A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e

[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

182
182

extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

8. Numa palavra: conforme se deduz da ensinância de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima". Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICCIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).

9. Nessa contextura, os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal, revelando-se incabíveis quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal. Logo, não está o Tribunal obrigado a ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado.

10. Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

10. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

11. Decisão Unânime.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

183
107

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes Embargos de Declaração no agravo contido nos autos da apelação nº 0292892-7, em que figuram como Embargante FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e como Embargado o NADIR CAVALCANTI DOS SANTOS, respectivamente, ACORDAM os Desembargadores da 1ª Câmara de Direito Público, à unanimidade, conhecer e REJEITAR o recurso de integração, na conformidade do relatório, voto e das inclusas notas taquigráficas, que integram este aresto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

184
184

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração no Agravo na Apelação nº 0077611-95.2011.8.17.0001
(0300618-8)

Embargante: FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do
Estado de Pernambuco

Procurador: Felipe Lemos de Oliveira Maciel

Embargado: ANTÔNIO ALEXANDRINO DA SILVA FILHO E OUTROS

Advogado(a): Marta Maria B. V. Guimarães OAB/PE 008176

Relatora Convocada: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que negou provimento, por unanimidade de votos, ao Recurso de Agravo, interposto contra decisão terminativa que negou provimento ao reexame necessário por entender que a sentença de 1º grau estava em consonância com a jurisprudência deste e. Tribunal de Justiça.

Sustenta o embargante que a decisão fustigada é omissa por não ter aplicado a LC 59/2004, findou por julgar inconstitucional o dispositivo que, para a embargante, é claro no sentido de que a Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo se trata de verba de natureza condicional, variável, precária e provisória concedida, tão somente, aos militares da ativa. Alega, o recorrente que, se dispositivo de lei foi afastado, deveria ter sido respeitada a Cláusula de Reserva de Plenário, disposta no art. 97 da Constituição Federal.

É o que, de relevo, se tem a relatar.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

185

1ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração no Agravo na Apelação nº 0077611-95.2011.8.17.0001
(0300618-8)

Embargante: FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do
Estado de Pernambuco

Procurador: Felipe Lemos de Oliveira Maciel

Embargado: ANTÔNIO ALEXANDRINO DA SILVA FILHO E OUTROS

Advogado(a): Marta Maria B. V. Guimarães OAB/PE 008176

Relatora Convocada: Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ

VOTO

A questão deduzida no recurso não condiz com quaisquer das hipóteses previstas no art. 535 do CPC, pois o embargante apenas pretende a rediscussão da matéria *sub judice*. Explico.

Com efeito, observa-se que não há qualquer omissão, obscuridade ou contradição na decisão embargada. Na verdade o embargante está pretendendo rediscutir a questão, o que não se admite em sede de Embargos Declaratórios.

Ocorre que, ao contrário do alegado pela parte embargante, quanto às supostas omissões, a questão em tela foi devidamente enfrentada, e os fundamentos da decisão são suficientes para dar suporte e motivação ao entendimento firmado pelo Desembargador Relator, porquanto o pleito do embargante não encontra amparo na legislação vigente, estando, a decisão embargada, conforme farta jurisprudência deste e. Corte de Justiça.

Em relação à suposta declaração de inconstitucionalidade de dispositivos da LC 59/04, verifico que, em nenhum momento, o acórdão e o voto vergastado afirmaram qualquer inconstitucionalidade. O que ocorre é uma divergência na forma de interpretar os artigos da LC 59 que tratam de Risco de Policiamento Ostensivo.

Este Egrégio Tribunal de Justiça entende que a LC 59/04, ao criar a vantagem em comento, definiu a sua concessão para todos os tipos de atividade policial, pois todas as atividades que podem ser exercidas pelos militares estão enumeradas no art. 8º.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

186
TOP.

Então, em respeito à Constituição Federal, os benefícios concedidos aos servidores da ativa, com caráter de generalidade, devem ser extensivos aos pensionistas e inativos.

Não há que se falar em violação ao princípio da legalidade, eis que é a própria Constituição Federal, em seu art. 40, §§ 7º e 8º, que ampara o direito à paridade das pensões do embargado.

Quanto à alegação de prescrição, verifico não estar configurada a prescrição do fundo do direito. Isto porque a demanda em foco traz relação de trato sucessivo e, não tendo havido negativa expressa da Administração quanto ao pleito dos servidores inativos, não há que se falar em prescrição de fundo de direito, razão pela qual estão prescritas tão somente as parcelas concernentes ao período anterior aos 05 anos contados da data do ajuizamento da ação, em conformidade com a Súmula nº 85 do Superior Tribunal de Justiça.

Súmula 85 STJ: Nas relações de trato sucessivo, em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.

Na verdade, nota-se que o embargante está pretendendo apenas rediscutir a matéria, não estando presentes, portanto, os requisitos da embargabilidade.

Tem-se que o aresto embargado enfrentou o tema trazido pela parte, com a devida fundamentação jurídica e manifestação acerca dos dispositivos incidentes na espécie, não havendo nele qualquer omissão.

Ratificando o posicionamento adotado em relação à inexistência de vícios, transcrevo a seguir julgados desse e. Tribunal de Justiça a respeito da questão em análise:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. - O órgão judicial não está obrigado a tecer considerações a respeito de todos os pontos levantados pelas partes; a fundamentação exigida pelo texto legal é, apenas, a que se referir aos elementos presentes na formação da convicção do juiz e suficientes para o desate da questão. - Os embargos declaratórios prestam-se a esclarecer, se existentes, omissões, obscuridades ou contradições no julgado, mas

6



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

187
top.

Jamais para que este último se adapte ao entendimento do embargante. – Mesmo quando visem ao pré-questionamento, não podem os aclaratórios se afastar dos rígidos contornos traçados no art. 535 do C.P.C. Embargos rejeitados, à unanimidade de votos. (Embargos de Declaração: 82837-9/01; Comarca: Recife; Relator: Jones Figueiredo; Órgão julgador: Quarta Câmara Cível; Data do julgamento: 01/08/2002; Publicação: 20/08/2002.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, DÚVIDA OU OBSCURIDADE. 1- Não existe omissão no julgado, quanto à apreciação das questões suscitadas pelo embargante na apelação, quando o tribunal mantém a sentença em sede de reexame necessário e, em consequência, julga prejudicado o recurso. 2- Embargos rejeitados por unanimidade. (Embargos de Declaração: 88740-5/01; Comarca: Ipojuca; Relator: Antônio Camarotti; Órgão julgador: Segunda Câmara Cível; Data do Julgamento: 09/03/04; Publicação: DJ 63; Data da Publicação: 06/04/04).

Ementa: Embargos de declaração – Pedido de efeito infringente – Alegação de omissões e de contradição – Inexistência dos defeitos – Improvimento dos embargos. Não se vislumbrando no acórdão impugnado a existência de omissão ou de contradição sanável por via de embargos de declaração, devem estes ser improvidos, inacolhendo-se, destarte, o pedido de atribuição do efeito infringente formulado pelo embargante. Decisão unânime. (Embargos de Declaração: 88110-7/02; Comarca: Recife; Relator: Des. Márcio Xavier; Órgão julgador: Quinta Câmara Cível; Data do julgamento: 09/06/04; DJ: 122; Data da publicação: 06/07/04).

Nesse mesmo sentido, com adequação ao caso:

“O juiz não está obrigado a responder todas as alegações das partes quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos” (v. RJTJESP 115/207).

A função dos embargos de declaração é, unicamente, afastar do julgado qualquer omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão.

Por essa via, não se tenta modificação, anulação ou referenda do julgado embargado, senão mero esclarecimento ou suprimento de lacuna, de forma a espantar quaisquer equívocos na interpretação ou execução do ato decisional.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

188
JP.

Numa palavra: conforme se deduz da ensinância de PONTES DE MIRANDA, nos declaratórios não se pede que o órgão julgador "redecida", mas sim que este se "reexprima".

Nessa linha de raciocínio, afigura-se oportuno lembrar a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES: "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (v. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª ed. Forense, 1958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).

O c. Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal" (RTJ 173/29, junho/2000).

Nessas condições, o e. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até com maior minudência, já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a P"ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a *res in judicium deducta*, pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado" (cf. RJTJSP 111/114)".

Mais: os casos previstos para manifestação dos aclaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver, ainda que para efeito de prequestionamento, obscuridade, contradição ou omissão em



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira
1ª Câmara de Direito Público

189
top.

questão (pontos controvertidos) sobre a qual deveria o órgão julgador pronunciar-se necessariamente.

Nessa igual diretriz, assentou o colendo STJ que, "mesmo nos embargos declaratórios com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535, do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material)" (v. STJ-1ª Turma, REsp. 11.465-0-SP, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embargos, v.u., DJU 15.2.93, p. 1.665, 2ª col., em.).

Na espécie, a pretexto da existência de vícios de procedimento, os embargos estão sendo manuseados com o nítido propósito de discutir novamente a lide, inclusive com o revolvimento da prova – o que não é juridicamente possível.

Por esses fundamentos, ante o exposto, incorrente qualquer vício de compreensão e sabido que os aclaratórios não constituem meio hábil ao reexame da causa, REJEITO os embargos, mormente em se sabendo que a questão do desacerto ou injustiça da decisão – só para argumentar – não desafia pedido de sua declaração (recurso de integração), e sim recurso de reforma ou modificação.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013.

Juíza CÁTIA LUCIENE LARANJEIRA DE SÁ
Relatora Convocada